

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

I. Referência: Inexigibilidade de Chamamento Público - Repasse de recursos públicos à Organização da Sociedade Civil.
II. Organização da Sociedade Civil proponente: Associação Esportiva Campo Grande Vôlei
III. CNPJ: 42.632.188/0001-30
IV. Endereço: Av. Júlio de Castilho, 1064
V. Projeto Proposto: SUPERLIGA C DE VOLEIBOL FEMININO 2023
VI. Valor: R\$ 136.197,24 (Cento e trinta e seis mil, cento e noventa e sete reais, vinte e quatro centavos)

OBJETO - REALIZAÇÃO DE PARCERIA MEDIANTE A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO ENTRE A FUNDAÇÃO DE DESPORTO DE MATO GROSSO DO SUL- FUNDESORTE/MS, COM A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CAMPO GRANDE VÔLEI

Apresento a presente Justificativa nos autos sobre procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação, a ser realizado com vistas a elaboração de Termo de Fomento, para apoio financeiro a Associação Esportiva Campo Grande Vôlei, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em virtude de que a despesa que se pretende efetuar, está amparada no artigo 31 da Lei 13.019/14, devendo ser dada publicidade à presente Justificativa mediante publicação no Diário Oficial do Estado, como "*conditio sine qua non*" para a eficácia do presente ato.

O Termo de Fomento a ser lavrado tem por objeto a formalização de parceria entre a Administração Pública (Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul - Fundesporte/MS), em regime de mutua cooperação, pelo prazo de 36 (trinta e seis) dias, por meio de repasse financeiro, que será efetuado após a assinatura do referido Termo de Fomento, para custeio do projeto "Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023" promovido pela Associação Esportiva Campo Grande Vôlei, conforme Indicação da Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul, via Ofício PRES/ABC, datado de 30 de setembro de 2023, decorrente de convite formulado pela Confederação Brasileira de Voleibol, via Nota oficial nº 176/23 documento este que integra o presente processo.

hml

O supramencionado Termo de Fomento, refere-se a custeio do projeto "Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023", constando despesas de transporte e material esportivo.

A Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Estadual nº 14.494/16, definiram novas regras para a celebração de parcerias, nas quais o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil, cooperam para alcançar um interesse comum de finalidade Pública. Essa lei reconhece que as parcerias aproximam as políticas públicas das pessoas e das realidades locais possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora. A mencionada Lei tem abrangência nacional, sendo referendada pelo Decreto em comento, de cumprimento obrigatório pela instância estadual, no presente caso, estabelecendo que, para que possa celebrar parcerias com outras entidades, deverá realizar chamamento público, com objetivo de selecionar e analisar as entidades que poderão ser beneficiadas, com execução do objeto proposto, sendo que há previsão de casos em que se configura a dispensa e inexigibilidade.

Estabelece o artigo 2º da Lei 13.019/2014, que havendo interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos, para a consecução do objeto.

O presente caso trata-se de participação em evento esportivo denominado Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023, promovido pela Confederação Brasileira de Voleibol, com previsão de realização para o período de 08 a 12 de novembro de 2023, certame esse que conta com a participação da equipe de Campo Grande/MS e equipes convidadas de todo o Brasil. O formato do evento é definido em sua composição de equipes por convites efetuados pela Confederação Brasileira de Voleibol.

A Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul (FVMS) procedeu a indicação a Associação Esportiva Campo Grande Vôlei.

Vê-se, pois, que o evento não permite que outras Organizações da Sociedade Civil (Clubes Esportivos) participem da competição por Mato Grosso do Sul, caso em que a Lei 13.019/2014 preceitua que havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver a inexigibilidade do chamamento público pertinente, pois o Art. 17 da mencionada Lei diz que o Termo de Fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações que envolvam a transferência de recursos financeiros (redação dada pela Lei 13.204/2015).

Data: 19/10/23 Fls. 279

hul

Data: 19/10/23 Fls. 280

Sendo a OSC mencionada a entidade indicada para o certame, portanto, capaz de cumprir com o objeto proposto, deve-se recorrer ao comando do art. 31 do mesmo diploma legal que prescreve:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) I – o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015). II – a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)".

É manifesto o interesse público, eis que se compreende como benefício geral, o proveito comum ou necessidade coletiva, diria que o interesse coletivo primário é produto de uma vontade coletiva, de um querer social. No caso presente a participação na Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023 é sobretudo uma vontade popular, por ser uma das realizações do voleibol de base no Brasil, registrando-se o interesse público na ligação direta com o bem comum que essa atividade possa causar no meio social. Ora, o interesse público está associado ao papel do Estado que visa o bem da sociedade, contribuindo para o bem social das pessoas, na medida em que o evento é acessível à população, portanto socialmente útil.

O desporto, em especial o voleibol, acrescentam efeitos positivos no plano social, cultural e econômico, merecendo sempre o reconhecimento e apoio do Estado. O voleibol enquanto importante fenômeno social representa na quadra dos benefícios indiretos a indução à atividade física, ao esporte e ao lazer, que representam em si a redução de despesas na saúde, uma sociedade menos sedentária, desportivamente mais ativa, e consciente sobre os efeitos positivos do estilo de vida saudável.

Saliente-se que no presente caso mostra-se claro a inviabilidade de competição o que torna inviável o Chamamento Público. Refere-se nesse ponto, inviabilidade de competição, mostrando que a indicação decorreu do destaque conquistado de comum acordo com todos os participantes da Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023.

ml

A bem da verdade foi oportunizado as associações a participação na Superliga C como forma de classificação para a Superliga B no ano de 2024.

Porquanto está materializada a singularidade e exclusividade do proponente em razão do não interesse de outra associação em firmar convênio com o Estado, haja vista que estava sendo disponibilizada oportunidade igualitária para ambos na formalização do convênio.

O Governo de Mato Grosso do Sul por sua Fundação de Desporto e Lazer - Fundesporte/MS, em seu planejamento estratégico pontuou a importância do esporte de alto rendimento, uma das manifestações do esporte, assim considerado pela legislação nacional e doutrina desportiva, e, portanto, prescindindo sempre do apoio governamental na implementação de políticas públicas.

As políticas sociais determinam o desporto como fator de desenvolvimento social, mostrando-se em sua relevância e capacidade de mobilização para a ação social. O Poder Público necessita desenvolver políticas públicas e esse desenvolvimento ocorre com a união com as Entidades Privadas, tornando assim, possível, atender a todas as áreas desportivas.

O Estado necessita da colaboração de várias organizações públicas e privadas para promover, estimular, apoiar a prática e a difusão do esporte, que se caracterizam como relevantes no plano social.

Verifica-se na situação presente que não há como realizar um chamamento na forma legalmente estruturada, por existir apenas uma entidade a que os autos fazem referência que possa acrescentar o objeto, sendo esse o que pode ser beneficiado pelo Termo de Fomento em comento.

Justifica-se dessa forma, que diante da ausência de pluralidade de alternativas para atender à execução do plano de trabalho, devido a natureza e a peculiaridade relativa ao objeto que condiciona a escolha da Associação Esportiva Campo Grande Vôlei, como o único que preenche os requisitos necessários à participação na Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023, por ser a associação indicada em decorrência de classificação alcançada em evento prévio, como também o único que buscou preencher os requisitos necessários a formalização da parceria.

Vê-se, pois, clara a inviabilidade de se estabelecer o processo de seleção, eis que o indicado é o que pode atender as finalidades precípuas do evento Superliga C de Voleibol Feminino ano 2023.

hca

Assim, caracterizando-se que o plano de trabalho ser cumprido pela Associação Esportiva Campo Grande Vôlei, justifica-se a possibilidade de ser formalizado o Termo de Fomento de forma direta.

Ante ao exposto julgo que presente caso se harmoniza com a hipótese de inexigibilidade de Chamamento Público previsto no art.31 da lei 13.019/2014 e art. 10 §4º do Decreto 14.494/2016, em razão da inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil.

Campo Grande, MS, 18 de outubro de 2023.


HERCULANO BORGES DANIEL
Diretor-Presidente/FUNDESORTE-MS